



PM-RJ: Soldado

SIMULADOS

Simulados FGV

AMOSTRA GRATUITA

Q2

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **Soldado da PM-RJ!** Tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso **SIMULADO GRATUITO** pós-edital focado na banca **FGV** para o concurso da **PM-RJ**. Esse simulado é uma pequena amostra em relação ao nosso pacote de simulados para **PM-RJ!**

Veja abaixo como funciona nosso pacote de simulados:

No total serão **4 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Direitos Humanos, Direito Administrativo e Legislação Específica, Direito Penal, Processual Penal e por último Matemática.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **50 questões** e o comentário de cada questão disponível no final do simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões.**

PORTUGUÊS

01) As frases a seguir foram escritas sem qualquer sinal de pontuação. Assinale a frase que deveria incluir duas vírgulas obrigatoriamente.

- A) De tudo o que você diz em português as pessoas duvidam.
- B) Como dizia o esquetejador vamos por partes.
- C) A imprensa mente deturpa os fatos e agride o vernáculo.
- D) O presidente reina por quatro anos na América e o jornalismo por todo o sempre.
- E) Eu quando tenho de enviar uma mensagem não escrevo um livro vou aos Correios.

02) “É provável que nunca na história tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo. O fato é ainda mais surpreendente porque a cultura, no sentido tradicionalmente dado a esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias. E talvez já tenha desaparecido, discretamente esvaziada de conteúdo, tendo este sido substituído por outro, que desnatura o conteúdo que ela teve”. (Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo, p. 11)

Esse primeiro parágrafo de um livro famoso se apoia numa modalidade de linguagem figurada denominada

- A) antítese.
- B) metonímia.
- C) paradoxo.
- D) metáfora.
- E) sinestesia.

03) “[A exposição] incentivava a pedofilia e desrespeitava símbolos sacros” (O Globo, 26/08/2018).

O termo pedofilia é definido no dicionário Houaiss (p. 1457) como “perversão de indivíduo adulto que se sente atraído por crianças”, em que se destaca o significado do radical grego filia: “atração”.

O vocábulo abaixo, formado com o radical filia, que mostra seu significado corretamente é:

- A) necrofilia – atração pelos mortos;
- B) hemofilia – atração por hospitais;
- C) francofilia – atração pela franqueza;
- D) zoofilia – atração por doenças;
- E) cinefilia – atração pelo movimento.

04) Um dos problemas mais sérios na correção linguística é o tema da conjugação verbal. Assinale a frase que apresenta um erro de conjugação.

- A) Os turistas reouveram as malas perdidas.
- B) Nunca pressupomos que isso aconteceria.
- C) A mulher se entreteve com as crianças.
- D) Os juízes requereram muitos documentos.
- E) Eles se desavieram por causa dela.

05) As histórias [...] constituem a vida secreta de todas as sociedades...(último parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- A) é constituída.
- B) são constituídas.
- C) constituíam-se.
- D) era constituída.
- E) tinham constituído.

06) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 3).

O mesmo ocorre em:

- A) casa / casarão;
- B) papel / papelão;
- C) homem / homenzarrão;
- D) pacote / pacotão;
- E) cão / canzarrão.

07) Leia o fragmento a seguir.

Fui para o seminário. Poupa-me as outras despedidas. Minha mãe apertava-me ao peito. Prima Justina suspirava. Talvez chorasse mal ou nada. Há pessoas a quem as lágrimas não acodem logo nem nunca; diz-se que padecem mais que as outras.

Machado de Assis. Dom Casmurro. Rio de Janeiro. Livraria Garnier. 1ª ed. 1899.

Esse fragmento textual deve ser classificado como

- A) descritivo, com observador onisciente.
- B) argumentativo, com tese e argumento expressos.
- C) narrativo, com narrador personagem.
- D) narrativo-descritivo-argumentativo, com enunciador distante da trama.

08) Em todas as frases a seguir há a substituição de um termo por um pronome pessoal; assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma incorreta.

- A) Nunca mais vi os ministros sem segurança pessoal. / Nunca mais os vi sem segurança pessoal.
- B) Interessava ao professor entrar em férias brevemente. / Interessava-o entrar em férias brevemente.
- C) Era necessário organizar a seção de cosméticos. / Era necessário organizá-la.
- D) É bom lembrar àquele jornalista que ele também erra. / É bom lembrar-lhe que ele também erra.

09) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do PLURAL para integrar adequadamente a frase:

- A) Não (**poder**) mesmo caber aos médicos tentar responder às questões metafísicas que nos afligem.
- B) Às vezes se (**apresentar**) para um ser humano aflito questões que ele está longe de poder responder.
- C) As iniciativas que (**tomar**), por sua boa vontade, um médico dedicado, nem sempre nos consolam.
- D) Não se (**dever**) imaginar que as perguntas que são hoje irrespondíveis o sejam para sempre.

E) Mesmo os médicos a quem se (**dedicar**) todo o respeito pela competência não são oniscientes.

10) A frase abaixo em que a grafia do termo em negrito está equivocada é:

- A) O atleta genioso deve ter sido **mal-educado** pelos pais;
- B) Trata-se de pessoa **mal-educada**;
- C) Os **mal-educados** não são pessoas agradáveis;
- D) Nenhum **mal-educado** deve estar presente na festa;
- E) Os arruaceiros presos são muito **mal-educados**.

MATEMÁTICA BÁSICA

11) Uma cidade é abastecida de água pelos rios Leste e Norte. Durante os seis primeiros meses do ano, a vazão do rio Leste é igual a 10% da do rio Norte. Nos seis meses seguinte, a vazão do rio Norte corresponde a 2/3 da do rio Leste. Ocorre que a vazão do rio Leste no segundo semestre é o triplo da sua vazão do primeiro semestre.

A contribuição percentual do rio Leste ao abastecimento anual da cidade é de

- A) 12%.
- B) 15%.
- C) 18%.
- D) 20%.
- E) 25%.

12) Considere as sentenças:

I. "Se Paula é mineira ou Marcos é carioca, então Ana não torce para o Santos."

II. "Se Marcos é carioca ou Ana não torce para o Santos, então Paula é mineira."

Sabendo-se que essas duas sentenças são falsas, é correto afirmar que

- A) Paula é mineira, Marcos é carioca e Ana torce para o Santos.
- B) Paula não é mineira, Marcos é carioca e Ana torce para o Santos.
- C) Paula é mineira, Marcos não é carioca e Ana não torce para o Santos.
- D) Paula não é mineira, Marcos não é carioca e Ana não torce para o Santos.

13) Considere o quadro a seguir, que apresenta informações de 100 pessoas entrevistadas em dois bairros da cidade de São José dos Campos quanto ao conhecimento delas em relação ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), localizado na cidade.

	Bairro A	Bairro B	Total
Conhece o ITA	24	20	44
Não conhece o ITA	36	20	56
Total	60	40	100

Escolhida uma das pessoas entrevistadas ao acaso, a probabilidade de essa pessoa ser do Bairro B, sabendo que ela conhece o ITA, é de

- A) 1/5
- B) 2/5
- C) 11/25
- D) 5/11
- E) 6/11

14) Joana e suas 5 irmãs têm idades 4, 6, 8, 10, 12 e 14 anos.

Certo dia, duas de suas irmãs, cujas idades somam 18 anos, foram ao cinema; duas irmãs, com menos de 11 anos cada uma, foram andar de bicicleta e, Joana e a irmã de 6 anos, ficaram em casa.

A idade de Joana é

- A) 6.
- B) 8.
- C) 10.
- D) 12.

15) João vai comprar uma moto, cujo preço à vista é de 10 mil reais. João dispõe dessa quantia, mas existe a possibilidade de pagamento a prazo, com 4 mil reais de entrada e duas prestações iguais, a primeira a ser paga após um ano, a segunda a ser paga um ano após a primeira. João dispõe de uma aplicação muito boa, que lhe rende 50% ao ano.

Para que a venda à vista ou a prazo sejam equivalentes, o valor de cada prestação deve ser igual a

- A) 5300 reais.
- B) 5400 reais.
- C) 5500 reais.
- D) 5600 reais.
- E) 5700 reais.

16) Depois de uma festa com churrasco João declarou:

Eu não tomei cerveja e comi salada.

Sabendo que a declaração de João é falsa, é correto concluir que João

- A) tomou cerveja e comeu carne.
- B) não tomou cerveja ou não comeu salada
- C) tomou cerveja e não comeu salada.
- D) tomou cerveja ou não comeu salada.

17) Em um hospital há vários médicos plantonistas, entre os quais A, B e C. O médico A dá plantão de 6 em 6 dias, o médico B dá plantão de 5 em 5 dias, e o médico C, de 4 em 4 dias. Esses três médicos estiveram de plantão juntos no dia 20 de julho.

A vez seguinte em que esses médicos estiveram juntos no plantão foi dia:

- A) 18 de setembro;
 - B) 19 de setembro;
 - C) 20 de setembro;
 - D) 16 de novembro;
 - E) 17 de novembro.
-

18) Na canção “Se você jurar”, de Ismael Silva, encontramos a afirmação:

Se você jurar que me tem amor, eu posso me regenerar.

A negação dessa proposição é

- A) você jura que me tem amor e eu não me regenero.
 - B) você não jura que me tem amor e eu não me regenero.
 - C) você não jura que me tem amor e eu me regenero.
 - D) você jura que me tem amor e eu posso me regenerar.
 - E) você não jura que me tem amor e eu não posso me regenerar.
-

19) Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6 tal que, quando lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer. Quando esse dado é lançado 3 vezes consecutivas, a probabilidade de que a soma dos números sorteados seja igual a 7 é $N / 216$

O valor de N é:

- A) 14;
 - B) 15;
 - C) 20;
 - D) 21;
 - E) 23.
-

20) Considere a proposição “Se toco flauta, então toco trombone” e assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente a ela.

- A) Toco flauta e trombone.
 - B) Toco flauta ou não toco trombone.
 - C) Não toco flauta ou toco trombone.
 - D) Se toco trombone, então toco flauta.
 - E) Se não toco flauta, então não toco trombone.
-

DIREITOS HUMANOS

21) Em razão de duas situações concretas, João viu-se obrigado a ingressar em juízo com as ações constitucionais de Mandado de Segurança e Habeas Data.

Apesar de não ser hipossuficiente, logo, não se enquadrando no conceito de pessoa reconhecidamente pobre, João questionou seu advogado sobre a necessidade de pagar custas, ao Poder Judiciário, para que as ações pudessem ser conhecidas e julgadas.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o advogado respondeu, corretamente, que

- A) em ambas as ações seriam devidas custas.
 - B) em ambas as ações não seriam devidas custas.
 - C) somente no Habeas Data seriam devidas custas.
 - D) somente no Mandado de Segurança seriam devidas custas.
-

22) Nos termos do Estatuto de Roma, é correto afirmar que

A) a competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes contra a humanidade e crimes de guerra, nos termos das disposições do presente Estatuto.

B) qualquer pessoa condenada pelo Tribunal Penal Internacional só poderá ser punida em conformidade com as disposições do presente Estatuto.

C) a sede do Tribunal Penal Internacional será em Roma.

D) é vedada a alteração da sede do Tribunal Penal Internacional para outro local.

E) a competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes de guerra e ao crime de genocídio, nos termos das disposições do presente Estatuto.

23) A nova Lei de Imigração (Lei 13.445/17) dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Em relação as definições apresentadas no texto dessa lei, considera-se:

A) emigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.

B) imigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.

C) apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por determinado Estado.

D) visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, com pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

E) residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.

24) Assinale a alternativa correta consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

- A) O crime de tortura é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
 - B) Aquele que se omite diante de condutas tipificadas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de dois a quatro anos.
 - C) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a doze anos.
 - D) Se o crime de tortura é cometido mediante sequestro, aumenta-se a pena de um sexto até dois terços.
 - E) A condenação acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
-

25) Inês, estudiosa dos direitos afetos a todas as pessoas humanas, realizou alentada pesquisa a respeito da forma como cada Estado de Direito pode criminalizar e penalizar certas condutas. Ao final de suas pesquisas, concluiu corretamente que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

- A) cada Estado de Direito somente pode criminalizar condutas que configurem crimes no âmbito do Direito Internacional.
 - B) é vedado que uma pessoa seja acusada de crime que, no momento da ação ou omissão, não era considerado como tal pela lei.
 - C) a lei que aumente a pena cominada a algum crime somente pode ser aplicada à conduta praticada em momento anterior à sua vigência em casos graves.
 - D) deve ser assegurada a toda pessoa o direito de provar a sua inocência, de modo a afastar a presunção de culpabilidade decorrente do ajuizamento da ação penal.
-

26) Com o objetivo de estimular o desenvolvimento da participação popular em questões diretamente relacionadas à vida diária, o Município Alfa editou a Lei municipal nº X, que dispôs sobre o fortalecimento das associações de bairro na perspectiva municipalista. Para tanto, dispôs que a adesão à associação se aperfeiçoaria com a só residência no respectivo bairro, assegurado o desligamento a partir de processo administrativo instaurado para esse fim, em que o interessado declinaria os respectivos motivos à Secretaria Municipal competente, que decidiria pelo deferimento ou não.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República, que

- A) a adesão à associação, pela só residência no local, e a restrição ao desligamento são inconstitucionais.
- B) a decisão da Secretaria Municipal deve ser necessariamente motivada, para que o proceder seja constitucional.

C) a Lei municipal nº X ponderou os interesses público e privado corretamente, não apresentando qualquer vício.

D) o critério de adesão está lastreado em padrões objetivos e genericamente aplicados a todos, atendendo à isonomia, sendo constitucional.

E) a análise do desligamento da associação deveria ser realizada pelo respectivo órgão diretivo.

27) É direito previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos:

- A) a vedação da prisão para quem não puder cumprir uma obrigação contratual.
 - B) jovens e adultos presos podem ser agrupados, ao passo que os idosos ficarão separados, devendo ser julgados o mais breve possível.
 - C) a proibição da pena de morte.
 - D) pessoas processadas serão sempre separadas das pessoas condenadas, recebendo tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não condenada.
 - E) a vedação da pessoas se submeter experiências médicas ou científicas, ainda que com seu livre consentimento.
-

28) À luz da Lei n.º 13.060/2014, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública no território nacional, assinale a opção correta.

- A) Os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, mesmo que o seu uso ponha em risco a integridade física ou psíquica dos policiais.
 - B) Não é legítimo o uso de arma de fogo contra pessoa em fuga que esteja armada ou que não represente risco imediato de morte ou de lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
 - C) É legítimo o uso de arma de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública somente quando o ato represente risco de morte ou lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
 - D) Sempre que o uso da força pelos agentes de segurança pública causar ferimentos em pessoas, serão assegurados imediata assistência e socorro médico aos feridos, sem a necessidade de comunicação do ocorrido à família ou à pessoa por eles indicada.
 - E) São considerados instrumentos de menor potencial ofensivo os projetados especificamente para, com baixa ou média probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas.
-

29) Ana, líder de um grupo de estudo na área de direitos humanos, integrado por servidores públicos do Município Beta, os quais buscavam ampliar os seus conhecimentos nas horas vagas, foi questionada em relação à previsão, ou não, de deveres no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ana respondeu corretamente que

A) não, pois a previsão de deveres, em um documento destinado a evitar o arbítrio do Estado, seria contraditório.

B) não, pois deveres, enquanto antítese dos direitos, são previstos em documentos específicos, não em declarações de direitos.

C) sim, pois o ser humano possui deveres para com a comunidade, na qual o livre desenvolvimento de sua personalidade é possível.

D) sim, pois os direitos assumem posição secundária na Declaração, sendo apenas o resultado dos deveres estabelecidos para o Estado e a sociedade.

30) Maria compareceu a uma repartição pública federal e solicitou certidão de inteiro teor do edital e do contrato da obra pública que estava sendo realizada próximo à sua residência. De acordo com os motivos que declinou, iria utilizar as informações para ingressar com uma ação judicial pedindo a paralisação da obra, que estava acarretando a inundação da sua casa. O requerimento, no entanto, foi negado sob o argumento de que o requerimento de Maria não encontra amparo na Constituição da República.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

A) O requerimento de Maria foi corretamente indeferido.

B) Maria pode impetrar um mandado de segurança ou um habeas data para obter as informações almejadas.

C) Maria pode impetrar um mandado de segurança, não um habeas data, para obter as informações almejadas.

D) Maria pode impetrar um habeas data, não um mandado de segurança, para obter as informações almejadas.

E) Maria pode impetrar um mandado de segurança, mas apenas se ainda não decorridos cento e vinte dias desde a prolação da decisão, caso contrário, só caberá o habeas data.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO APLICADA À PMERJ

31) O Governo Federal tem interesse na criação de uma Sociedade de Economia Mista para explorar determinada atividade econômica, considerada importante pela Administração.

Sobre a criação da Sociedade de Economia Mista, assinale a afirmativa correta.

A) Deve ter capital integralmente detido por um ente público.

B) Deve ser instituída por meio de autorização em lei específica.

C) Deve contratar apenas servidores efetivos, selecionados por meio de concurso público.

D) Deve dispensar a utilização de procedimentos de licitação para aquisições necessárias.

32) A Lei nº 14.133/21, elaborada para ditar o novo regimento das licitações e contratações públicas, elenca expressamente algumas situações nas quais não se aplica na sua integralidade, em virtude de características específicas.

Assinale a opção que apresenta uma dessas situações.

A) Compras por órgãos do Poder Legislativo desempenhando funções administrativas.

B) Contratações realizadas no âmbito de repartições públicas no exterior.

C) Realização de contratos de eficiência para a geração de economia para o contratante.

D) Alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos.

33) O processo de descentralização administrativa realizado por um ente político, permite que

A) a atividade política seja delegada para as organizações sociais, desde que sem finalidades lucrativas.

B) as atribuições administrativas sejam distribuídas entre órgãos criados com essa função.

C) os órgãos privados adquiram personalidade jurídica, atuando em consonância com as empresas públicas.

D) seja criada uma entidade administrativa, por meio de lei, para executar determinado serviço público.

34) Assinale a opção que indica o princípio constitucional que confere à Administração Pública a capacidade de anular atos ilegais e revogar aqueles considerados inoportunos ou inconvenientes.

A) Autotutela.

B) Publicidade.

C) Ampla defesa.

D) Irretroatividade.

35) A sociedade empresária Alfa, após preencher todos os requisitos legais para conseguir determinado ato administrativo que lhe traria benefícios, foi informada de que tem direito subjetivo à sua obtenção.

Essa informação está correta, caso se trate de um ato

A) vinculado.

B) discricionário.

C) consensual.

D) ablativo.

36) Acerca do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado Do Rio De Janeiro, assinale a opção correta.

A) A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, subordinada ao Secretário de Estado de Esportes, é uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à manutenção da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

B) Os militares de carreira não adquirem estabilidade ou vitaliciedade e, após serem desligados do serviço

ativo, passam a se sujeitar à Lei do Serviço Militar, conforme o grau de instrução recebido.

C) Os integrantes da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria comum de servidores do Estado e são denominados policiais militares.

D) Os alunos de órgãos de formação de policiais-militares são considerados PMs fora de atividade.

E) Os temporários, incorporados à Polícia Militar para prestação de serviço militar voluntário, durante os prazos previstos na legislação, são PMs na ativa.

37) Segundo a Constituição Federal, na hipótese de um crime de homicídio doloso cometido por militar estadual em que a vítima é um civil, a competência para processar e julgar o delito é

A) do Tribunal de Justiça Militar.

B) do Tribunal do Júri.

C) da justiça militar estadual.

D) do juiz criminal estadual.

E) do Tribunal de Justiça Estadual.

38) De acordo com a Constituição Estadual do RJ, analise as assertivas abaixo e encontre a correta.

A) O militar da ativa, que aceitar cargo, emprego ou função pública permanente, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, só poderá ser promovido por antiguidade.

B) As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas pelo Secretário do Estado.

C) As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

D) O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente ficará agrado ao respectivo quadro.

E) São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

39) Com base na Lei 9.537/21, assinale a alternativa correta.

A) A remuneração na inatividade é o quantitativo em dinheiro que o militar do Estado percebe na inatividade, sendo composta por soldo e gratificações não integradas;

B) A retribuição estipencial do militar do Estado na inatividade compreende a sua remuneração na inatividade e o auxílio-invalidez.

C) A legislação dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos pode ser aplicada ao SPSMERJ.

D) Os militares da ativa não são considerados beneficiários do SPSMERJ.

40) Levando em consideração as disposições preliminares do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado Do Rio De Janeiro e sua literalidade, marque a alternativa correta.

A) Os policiais-militares da reformados poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador do Estado, mesmo que não haja conveniência para o serviço.

B) Constitui requisito dispensável para ingresso no Quadro de Oficiais Policiais-Militares a conclusão do Curso da Escola de Formação de Oficiais da Corporação.

C) O brasileiro naturalizado pode exercer a carreira de Oficial da Polícia Militar.

D) A carreira policial-militar é privativa do pessoal da ativa; inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

41) Dario, casado com Elisa, começa a beijá-la na cama, sendo correspondido. Na sequência, ele faz menção de terem relações sexuais, porém, ela recusa, alegando que está com sono e quer dormir. Não satisfeito com a negativa de Elisa, Dario a imobiliza e mantém com ela cópula vaginal, a força. Durante a relação sexual, diante da resistência de Elisa e da agressividade com que é possuída pelo marido, ela sofre lesões corporais leves.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica dos fatos, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

A) lesão corporal qualificada pela violência doméstica;

B) estupro qualificado por lesão corporal;

C) estupro, com a pena aumentada;

D) estupro e lesão corporal qualificada pela violência doméstica;

E) estupro, com a pena aumentada, e lesão corporal qualificada pela violência doméstica.

42) Jeremias, Policial Militar, efetuou a prisão em flagrante de Paulo, que furtava alguns objetos de uma loja quando a guarnição estava passando pela rua. Durante a captura, Jeremias não se identificou, cobrindo o seu nome na farda. Durante o interrogatório na Delegacia de Polícia, Martha, Delegada de Polícia, se identificou como uma escritã, com o intuito de gerar a empatia de Paulo, influenciando-o a confessar o crime.

De acordo com a Lei nº 13.869/19 (Lei do Abuso de Autoridade),

A) Jeremias e Martha cometeram crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

B) embora Martha tenha cometido crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Jeremias agiu conforme a lei, pois não tem obrigação de se identificar quando da prisão em flagrante de alguém.

C) embora Jeremias tenha cometido crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Martha agiu conforme a lei, pois não deixou de se identificar ao preso quando do seu interrogatório, mas apenas atribuiu a si cargo falso com o intuito de obter a verdade dos fatos.

D) tanto Jeremias quanto Martha agiram em conformidade com a lei, não tendo cometido quaisquer crimes.

E) somente Martha cometeu crime, pois a Lei de Abuso de Autoridades não se aplica aos Policiais Militares.

43) Bianca, inconformada com o fim de seu namoro com Caio, ciente de que ele costuma frequentar determinado parque público para se exercitar aos domingos, passa a ir ao local, a fim de encontra-lo, ocasião em que, de forma insistente e aos prantos, pede para que reatem a relação amorosa, assim dificultando seu lazer, o que é feito em cinco domingos sucessivos.

Diante do caso narrado, o crime cometido por Bianca é de:

- A) perseguição;
 - B) constrangimento ilegal;
 - C) violência psicológica;
 - D) importunação sexual;
 - E) perturbação do sossego.
-

44) Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- A) genocídio;
 - B) estupro;
 - C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
 - D) constituição de milícia privada;
 - E) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
-

45) Homero, ex-namorado de Ilma, ao tomar conhecimento de que ela está grávida de um filho dele, decide matá-la, razão pela qual a convida para uma conversa particular em sua residência, sob o pretexto de que gostaria de combinar com ela uma assistência, moral e material, durante a gestação. Ao chegar ao local combinado, Ilma é golpeada a pauladas por Homero, notadamente na cabeça, daí resultando sua morte e, conseqüentemente, a do feto.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato é:

- A) homicídio qualificado pela dissimulação;
 - B) homicídio qualificado pela dissimulação e pelo emprego de meio cruel;
 - C) homicídio qualificado pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio);
 - D) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), e aborto provocado por terceiro;
 - E) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), com a pena aumentada por ter sido o crime cometido durante a gestação, e aborto provocado por terceiro.
-

46) José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das conseqüências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa.

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- A) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
 - B) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
 - C) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
 - D) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
 - E) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.
-

47) Em crime de roubo praticado por Orestes, no qual Saulo figurou como ofendido, o Ministério Público, ao fim da investigação, não ofereceu denúncia tampouco se manifestou no prazo legal. Diante disso, Saulo, por intermédio de seu advogado, ajuizou ação privada subsidiária da pública, a qual foi recebida pelo juízo. Contudo, no curso do feito, Saulo, apesar de devidamente intimado por três vezes, deixou de promover o andamento do processo por seis meses seguidos. Nessa hipótese, é correto afirmar que deverá:

- A) o juiz declarar a ocorrência da perempção e a conseqüente extinção da punibilidade de Orestes;
 - B) o Ministério Público requerer a extinção do feito em razão da decadência do direito de queixa de Saulo;
 - C) o juiz declarar a ocorrência da renúncia tácita de Saulo e a conseqüente extinção da punibilidade de Orestes;
 - D) o Ministério Público retomar a ação como parte principal em razão da negligência de Saulo;
 - E) o juiz declarar a ocorrência do perdão tácito de Saulo e a conseqüente extinção da punibilidade de Orestes.
-

48) O acordo de não persecução penal consiste no ajuste de condições oferecidas pelo Ministério Público para evitar a deflagração da persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação do crime.

Acerca do referido instituto é correto afirmar que

A) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, condicionado, nestes casos, à concordância da vítima.

B) a sua celebração independe da confissão formal e circunstanciada da prática de infração penal.

C) a análise de adequação, suficiência e proporcionalidade das condições avençadas será exclusiva do Ministério Público, se restringido o juízo de homologação à observância dos requisitos formais.

D) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

E) é cabível nos casos de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos.

49) Instituído pela Lei nº 13.964/19, o Juiz das Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.

A inovação legislativa foi objeto de arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal nos autos das ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, com julgamento concluído em 23/08/2023 e ata publicada em 31/08/2023.

Acerca da previsão do Juiz das Garantias nos sistemas legal, judiciário e policial e em atenção ao julgamento proferido pelo STF, é correto afirmar que

A) a competência do Juiz das Garantias se estenderá até o juízo de recebimento da denúncia ou queixa-crime.

B) os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal não se submetem ao controle judicial.

C) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam às infrações penais de menor potencial ofensivo.

D) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais.

E) os autos que compõem as matérias de competência do Juiz das Garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento.

50) O setor de inteligência da Polícia Civil toma conhecimento, por meio de denúncia anônima, de que uma organização criminosa, especializada na prática de roubos a instituições financeiras,

planeja executar um novo crime, no banco localizado à rua XYZ, no dia 14/04/2023. Nesse contexto, a Polícia Civil e a Polícia Militar, na data dos fatos, deslocam uma série de viaturas e policiais descaracterizados para as adjacências do banco.

Após o início da prática delitiva por três pessoas, os agentes policiais entram em ação e logram êxito em capturá-los em flagrante.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, bem como as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que restou caracterizado o flagrante:

A) presumido;

B) provocado;

C) impróprio;

D) esperado;

E) forjado.

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Comentários e Gabarito

PORTUGUÊS

01) As frases a seguir foram escritas sem qualquer sinal de pontuação. Assinale a frase que deveria incluir duas vírgulas obrigatoriamente.

- A) De tudo o que você diz em português as pessoas duvidam.
- B) Como dizia o esquetejador vamos por partes.
- C) A imprensa mente deturpa os fatos e agride o vernáculo.
- D) O presidente reina por quatro anos na América e o jornalismo por todo o sempre.
- E) Eu quando tenho de enviar uma mensagem não escrevo um livro vou aos Correios.

Comentário:

A frase que necessita obrigatoriamente de duas vírgulas é a opção E: "Eu quando tenho de enviar uma mensagem não escrevo um livro vou aos Correios."

A pontuação correta seria: "Eu, quando tenho de enviar uma mensagem, não escrevo um livro; vou aos Correios." As vírgulas são necessárias para separar a oração subordinada adverbial ("quando tenho de enviar uma mensagem") da principal ("não escrevo um livro; vou aos Correios"). Sem as vírgulas, a clareza da frase fica comprometida, dificultando o entendimento da relação temporal entre as ações de enviar uma mensagem e não escrever um livro.

Gabarito: Letra E.

02) “É provável que nunca na história tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo. O fato é ainda mais surpreendente porque a cultura, no sentido tradicionalmente dado a esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias. E talvez já tenha desaparecido, discretamente esvaziada de conteúdo, tendo este sido substituído por outro, que desnatura o conteúdo que ela teve”. (Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo, p. 11)

Esse primeiro parágrafo de um livro famoso se apoia numa modalidade de linguagem figurada denominada

- A) antítese.
- B) metonímia.
- C) paradoxo.
- D) metáfora.
- E) sinestesia.

Comentário:

“É provável que nunca na história tenham sido escritos tantos tratados, ensaios, teorias e análises sobre a cultura como em nosso tempo. O fato é ainda mais surpreendente porque a cultura, no sentido tradicionalmente dado a esse vocábulo, está prestes a desaparecer em nossos dias.”

Paradoxo ou Oxímoro

Trata-se da aproximação de **palavras contrárias**, que se associam a um mesmo pensamento, **reunindo ideias contraditórias em um mesmo contexto**.

- Ex: A **dor** para Antônio é um **prazer**.
- Ex: José vive **sonhando acordado** por Maria.
- Ex: João é um **pobre menino rico**.

Fonte: Disponível em: < <https://www.figuradalinguagem.com/paradoxo/> > Acessado: 23/12/2019 – 13:19.

Antítese

Trata-se da utilização de **palavras ou expressões** com sentidos opostos.

- Ex: José está entre a **vida e a morte**.
- Ex: Essa **luz** sobre **trevas** é forte.
- Ex: Maria e José se **amam** e se **odeiam** ao mesmo tempo.
- Ex: Manuel tentou separar a **verdade** da **mentira**.
- Ex: O **segredo** é **rir** para não **chorar**.

Fonte: Disponível em: < <https://www.figuradalinguagem.com/antitese/> > Acessado: 23/12/2019 – 11:59.

Gabarito: Letra C.

03) “[A exposição] incentivava a **pedofilia** e desrespeitava símbolos sacros” (O Globo, 26/08/2018). O termo **pedofilia** é definido no dicionário Houaiss (p. 1457) como “perversão de indivíduo adulto que se sente atraído por crianças”, em que se destaca o significado do radical grego filia: “atração”.

O vocábulo abaixo, formado com o radical filia, que mostra seu significado corretamente é:

- A) necrofilia – atração pelos mortos;
- B) hemofilia – atração por hospitais;
- C) francofilia – atração pela franqueza;
- D) zoofilia – atração por doenças;
- E) cinefilia – atração pelo movimento.

Comentário:

- A) necrofilia – atração pelos mortos; (Correto)
- B) hemofilia – Doença na circulação sanguínea;
- C) francofilia – Admiração pela França;
- D) zoofilia – atração por animais;
- E) cinefilia – atração por cinema.

Gabarito: Letra A.

04) Um dos problemas mais sérios na correção linguística é o tema da conjugação verbal. Assinale a frase que apresenta um erro de conjugação.

- A) Os turistas reouveram as malas perdidas.
- B) Nunca pressupomos que isso aconteceria.
- C) A mulher se entreteve com as crianças.
- D) Os juízes requereram muitos documentos.
- E) Eles se desavieram por causa dela.

Comentário:

- A) O verbo "reaver" pertence à categoria dos verbos defectivos, que não são conjugados em todas as formas. No passado, as formas são "eu reouve, tu reouveste", e assim por diante.
- B) Quando se trata do verbo "pressupor", é importante manter a correlação dos tempos verbais adequada, similar à estrutura "se pudesse, faria". A forma correta para a frase em questão seria "nunca pressupuséssemos".
- C) O verbo "entreteter" no passado segue a conjugação "eu entretive, tu entretiveste", e dessa forma continua.
- D) Para o verbo "requerer", pode-se utilizar o verbo "beber" como modelo para a conjugação no passado, "eles beberam" se tornaria "eles requereram".
- E) O verbo "desavir", que se refere a desentendimentos, tem a forma "eles desavieram" no passado.

Gabarito: Letra B.

05) As histórias [...] constituem a vida secreta de todas as sociedades...(último parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- A) é constituída.
- B) são constituídas.
- C) constituíam-se.
- D) era constituída.
- E) tinham constituído.

Comentário:

Voz Ativa

...constituem a vida secreta de todas as sociedades...

Voz Passiva Analítica

A vida secreta de todas as sociedades **é constituída**...

Sujeito

Ser + Particípio

Voz Passiva Analítica - VPA

Formação: Verbo **Ser + Particípio**.

Suj. Paciente **Agente da Passiva**

Ex: José foi derrubado por Antônio.

Ser + Particípio

Gabarito: Letra A.

06) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 3).

O mesmo ocorre em:

- A) casa / casarão;
- B) papel / papelão;
- C) homem / homenzarrão;
- D) pacote / pacotão;
- E) cão / canzarrão.

Comentário:

Lixão não é considerado um lixo grande, e sim um depósito de lixo a céu aberto.

Letra A: Errada.

Casarão: Casa grande e rica.

Letra B: Correta.

Papelão não é considerado um papel grande, e sim um tipo mais grosso e resistente de papel, geralmente utilizado na fabricação de caixas, podendo ser liso ou enrugado.

(Fonte: Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Papel%C3%A3o> > Acessado: 20/07/2019.).

Letra C: Errada.

Homenzarrão: Homem de grande estatura.

Letra D: Errada.

Pacotão: Pacote grande.

Letra E: Errada.

Canzarrão: Cão forte e grande.

Gabarito: Letra B.

07) Leia o fragmento a seguir.

Fui para o seminário. Poupa-me as outras despedidas. Minha mãe apertava-me ao peito. Prima Justina suspirava. Talvez chorasse mal ou nada. Há pessoas a quem as lágrimas não acodem logo nem nunca; diz-se que padecem mais que as outras.

Machado de Assis. Dom Casmurro. Rio de Janeiro. Livraria Garnier. 1ª ed. 1899.

Esse fragmento textual deve ser classificado como

- A) descritivo, com observador onisciente.
- B) argumentativo, com tese e argumento expressos.
- C) narrativo, com narrador personagem.
- D) narrativo-descritivo-argumentativo, com enunciador distante da trama.

Comentário:

O fragmento apresentado é parte da obra "Dom Casmurro", escrita por Machado de Assis, e deve ser classificado como narrativo, com narrador personagem. Isso se deve ao fato de que o texto é expresso em primeira pessoa e reflete as experiências pessoais e percepções do narrador, característico de um narrador personagem, que participa da história.

Gabarito: Letra C.

08) Em todas as frases a seguir há a substituição de um termo por um pronome pessoal; assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma incorreta.

- A) Nunca mais vi os ministros sem segurança pessoal. / Nunca mais os vi sem segurança pessoal.
 - B) Interessava ao professor entrar em férias brevemente. / Interessava-o entrar em férias brevemente.
 - C) Era necessário organizar a seção de cosméticos. / Era necessário organizá-la.
 - D) É bom lembrar àquele jornalista que ele também erra. / É bom lembrar-lhe que ele também erra.
-

Comentário:

Para objetos indiretos, utilizamos o pronome "lhe". Para objetos diretos, os pronomes adequados são "o", "os", "a", "as" e as formas contraídas "no", "nos", "na", "nas" (usadas com verbos terminados em -am, -em, -ão, -õe) ou "lo", "los", "la", "las" (usados com verbos terminados em -r, -s, -z).

A) A frase "Nunca mais vi os ministros sem segurança pessoal" corretamente utiliza o pronome "os" para substituir "os ministros", mantendo o sentido original quando reescrita como "Nunca mais os vi sem segurança pessoal". Isso está correto porque a negação na frase atrai o pronome para perto do verbo.

B) No caso da frase "Interessava ao professor entrar em férias brevemente", a substituição feita "Interessava-o entrar em férias brevemente" está equivocada, pois o pronome "o" não pode substituir um objeto indireto. A forma correta seria "Interessava-lhe entrar em férias brevemente", empregando o pronome "lhe" para substituir "ao professor".

C) A substituição feita na frase "Era necessário organizar a seção de cosméticos" para "Era necessário organizá-la" está correta, visto que o pronome "la" substitui de forma adequada "a seção de cosméticos", que é um objeto direto.

D) Na frase "É bom lembrar àquele jornalista que ele também erra", o uso de "lembrar-lhe" está correto, pois o pronome "lhe" substitui a expressão "àquele jornalista", que funciona como um objeto indireto na frase.

Gabarito: Letra B.

09) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do PLURAL para integrar adequadamente a frase:

- A) Não (**poder**) mesmo caber aos médicos tentar responder às questões metafísicas que nos afligem.
 - B) Às vezes se (**apresentar**) para um ser humano aflito questões que ele está longe de poder responder.
 - C) As iniciativas que (**tomar**), por sua boa vontade, um médico dedicado, nem sempre nos consolam.
 - D) Não se (**dever**) imaginar que as perguntas que são hoje irrespondíveis o sejam para sempre.
 - E) Mesmo os médicos a quem se (**dedicar**) todo o respeito pela competência não são oniscientes.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

Não **pode** mesmo caber aos médicos **tentar responder às questões metafísicas que nos afligem**.

Sujeito Oracional: tentar responder às questões metafísicas que nos afligem.

OBS: O Sujeito Oracional é aquele composto por um verbo. O verbo que concorda com o sujeito oracional deve permanecer na terceira pessoa do singular.

Letra B: Correta.

Às vezes se **apresentam** para um ser humano aflito **questões** que ele está longe de poder responder.

Sujeito: Questões...

Letra C: Errada.

As iniciativas que (**tomar**), por sua boa vontade, um médico dedicado, nem sempre nos consolam.

As iniciativas que **um médico dedicado** toma...

Sujeito

Letra D: Errada.

Sujeito Oracional

Não se **deve imaginar que as perguntas que são hoje irresponsáveis** o sejam para sempre.

Letra E: Errada.

Mesmo os médicos a quem se (**dedicar**) todo o respeito pela competência não são oniscientes.

Todo o respeito dedica-se aos...

Sujeito

Gabarito: Letra B.

10) A frase abaixo em que a grafia do termo em negrito está equivocada é:

- A) O atleta genioso deve ter sido **mal-educado** pelos pais;
- B) Trata-se de pessoa **mal-educada**;
- C) Os **mal-educados** não são pessoas agradáveis;
- D) Nenhum **mal-educado** deve estar presente na festa;
- E) Os arruaceiros presos são muito **mal-educados**.

Comentário:

Uso do Hífen	
Mal Educado (Sem Hífen)	Mal-Educado (Com Hífen)
Utilizado quando a frase apresenta voz passiva .	O "mal" é considerado um adjetivo .
Nesse caso " Mal " é advérbio ;	Indica uma pessoa sem educação, ignorante ou grosseira ;

Dica: Substitua "mal-educado" por "grosseiro".

Letra A: Errada.

O atleta genioso deve ter sido **grosseiro** pelos pais;

O atleta genioso deve ter sido **mal-educado** (**mal educado**) pelos pais;

Perceba que a frase fica sem concordância.

Letra B: Correta.

Trata-se de pessoa **mal-educada**;
(**grosseira**)

Letra C: Correta.

Os **mal-educados** não são pessoas agradáveis;
(**grosseiros**)

Letra D: Correta.

Nenhum **mal-educado** deve estar presente na festa;
(**grosseiro**)

Letra E: Correta.

Os arruaceiros presos são muito **mal-educados**.
(**grosseiros**)

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Gabarito: Letra A.

MATEMÁTICA BÁSICA

11) Uma cidade é abastecida de água pelos rios Leste e Norte. Durante os seis primeiros meses do ano, a vazão do rio Leste é igual a 10% da do rio Norte. Nos seis meses seguinte, a vazão do rio Norte corresponde a $\frac{2}{3}$ da do rio Leste. Ocorre que a vazão do rio Leste no segundo semestre é o triplo da sua vazão do primeiro semestre.

A contribuição percentual do rio Leste ao abastecimento anual da cidade é de

- A) 12%.
- B) 15%.
- C) 18%.
- D) 20%.
- E) 25%.

Comentário:

Primeiro, somamos a contribuição de cada rio para cada semestre:

Para o primeiro semestre:

Rio Leste = 10 unidades

Rio Norte = 100 unidades

Para o segundo semestre:

Rio Leste = 30 unidades (pois é o triplo da sua vazão do primeiro semestre)

Rio Norte = 20 unidades (pois é $\frac{2}{3}$ da vazão do Rio Leste no segundo semestre)

Agora, vamos somar a contribuição total anual dos dois rios e encontrar a percentagem correspondente à contribuição do rio Leste.

Total anual do Rio Leste = $10 + 30 = 40$ unidades

Total anual do Rio Norte = $100 + 20 = 120$ unidades

Total geral = $40 + 120 = 160$ unidades

Agora queremos encontrar que percentagem de 160 unidades corresponde a 40 unidades.

$160 \text{ unidades} = 100\%$

$40 \text{ unidades} = X\%$

Vamos calcular X.

$X = \frac{4000}{160} = 25\%$.

Gabarito: Letra E.

12) Considere as sentenças:

I. "Se Paula é mineira ou Marcos é carioca, então Ana não torce para o Santos."

II. "Se Marcos é carioca ou Ana não torce para o Santos, então Paula é mineira."

Sabendo-se que essas duas sentenças são falsas, é correto afirmar que

- A) Paula é mineira, Marcos é carioca e Ana torce para o Santos.
- B) Paula não é mineira, Marcos é carioca e Ana torce para o Santos.
- C) Paula é mineira, Marcos não é carioca e Ana não torce para o Santos.
- D) Paula não é mineira, Marcos não é carioca e Ana não torce para o Santos.

Comentário:

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Para que uma sentença condicional do tipo "Se P, então Q" seja falsa, P deve ser verdadeira e Q deve ser falsa.

Vamos analisar as duas sentenças:

I. "Se Paula é mineira ou Marcos é carioca, então Ana não torce para o Santos."

Para que esta sentença seja falsa, a condição "Paula é mineira ou Marcos é carioca" deve ser verdadeira, e a conclusão "Ana não torce para o Santos" deve ser falsa. Isso significa que Ana torce para o Santos e pelo menos uma das condições sobre Paula e Marcos é verdadeira.

II. "Se Marcos é carioca ou Ana não torce para o Santos, então Paula é mineira."

Para que esta sentença seja falsa, a condição "Marcos é carioca ou Ana não torce para o Santos" deve ser verdadeira, e a conclusão "Paula é mineira" deve ser falsa. Isso significa que Paula não é mineira e pelo menos uma das condições sobre Marcos e Ana é verdadeira.

Agora, sabemos que Ana torce para o Santos, então a parte "Ana não torce para o Santos" em ambas as condições é falsa. Isso significa que as outras partes das condições devem ser verdadeiras para que as sentenças condicionais sejam falsas como um todo.

Portanto, Paula não é mineira e Marcos é carioca, e sabemos que Ana torce para o Santos. Isso corresponde à alternativa B:

Paula não é mineira, Marcos é carioca e Ana torce para o Santos.

Gabarito: Letra B.

13) Considere o quadro a seguir, que apresenta informações de 100 pessoas entrevistadas em dois bairros da cidade de São José dos Campos quanto ao conhecimento delas em relação ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), localizado na cidade.

	Bairro A	Bairro B	Total
Conhece o ITA	24	20	44
Não conhece o ITA	36	20	56
Total	60	40	100

Escolhida uma das pessoas entrevistadas ao acaso, a probabilidade de essa pessoa ser do Bairro B, sabendo que ela conhece o ITA, é de

- A) 1/5
- B) 2/5
- C) 11/25
- D) 5/11
- E) 6/11

Comentário:

Queremos encontrar a probabilidade de que uma pessoa entrevistada seja do Bairro B dado que essa pessoa conhece o ITA.

De acordo com a informação fornecida:

O número total de pessoas que conhecem o ITA é 44.

O número de pessoas que conhecem o ITA e são do Bairro B é 20.

A probabilidade condicional que queremos calcular é:

$$P(\text{Bairro B} \mid \text{Conhece ITA}) = \frac{P(\text{Bairro B} \cap \text{Conhece ITA})}{P(\text{Conhece ITA})}$$

Onde:

$P(\text{Bairro B} | \text{Conhece ITA})$ é a probabilidade de ser do Bairro B dado que a pessoa conhece o ITA.

$P(\text{Bairro B} \cap \text{Conhece ITA})$ é a probabilidade de uma pessoa ser do Bairro B e conhecer o ITA ao mesmo tempo.

$P(\text{Conhece ITA})$ é a probabilidade de uma pessoa conhecer o ITA.

Calculamos $P(\text{Bairro B} \cap \text{Conhece ITA})$ dividindo o número de pessoas do Bairro B que conhecem o ITA pelo número total de pessoas entrevistadas, e $P(\text{Conhece ITA})$ dividindo o número total de pessoas que conhecem o ITA pelo número total de pessoas entrevistadas.

Assim:

$$P(\text{Bairro B} | \text{Conhece ITA}) = \frac{\frac{20}{100}}{\frac{44}{100}} = \frac{20}{44} = \frac{5}{11}$$

Gabarito: Letra D.

14) Joana e suas 5 irmãs têm idades 4, 6, 8, 10, 12 e 14 anos.

Certo dia, duas de suas irmãs, cujas idades somam 18 anos, foram ao cinema; duas irmãs, com menos de 11 anos cada uma, foram andar de bicicleta e, Joana e a irmã de 6 anos, ficaram em casa.

A idade de Joana é

- A) 6.
 - B) 8.
 - C) 10.
 - D) 12.
-

Comentário:

Com as idades das irmãs sendo 4, 6, 8, 10, 12 e 14 anos e sabendo que:

Duas irmãs cujas idades somam 18 anos foram ao cinema. As possíveis combinações são (6 e 12) e (8 e 10), pois a combinação (4 e 14) não é possível, uma vez que a de 14 anos é muito velha para andar de bicicleta e a de 4 anos é muito nova para somar 18 com qualquer outra que não seja a de 14 anos.

Duas irmãs, com menos de 11 anos cada uma, foram andar de bicicleta. As possíveis idades para essas irmãs são 4, 6, 8 e 10 anos.

Joana e a irmã de 6 anos ficaram em casa.

Com a informação de que a irmã de 6 anos está em casa, ela não pode ter ido ao cinema nem andar de bicicleta. Portanto, a única combinação possível para as irmãs que foram ao cinema é (8 e 10), que somam 18 anos e ambas têm mais de 11 anos.

Isso significa que as irmãs que foram andar de bicicleta são as de 4 anos e a outra que sobra, que não é a de 6 anos e que também não foi ao cinema (não pode ser a de 8 ou 10 anos). A única idade que sobra para a segunda irmã que foi andar de bicicleta é a de 14 anos.

Portanto, as irmãs que foram ao cinema são as de 8 e 10 anos, as que foram andar de bicicleta são as de 4 e 14 anos, e em casa ficaram Joana e a irmã de 6 anos. Já que a irmã de 6 anos não pode ser Joana e a de 12 anos não foi mencionada em nenhuma das atividades, Joana deve ser a irmã de 12 anos.

Portanto, a idade de Joana é 12 anos. A resposta correta é a alternativa D.

Gabarito: Letra D.

15) João vai comprar uma moto, cujo preço à vista é de 10 mil reais. João dispõe dessa quantia, mas existe a possibilidade de pagamento a prazo, com 4 mil reais de entrada e duas prestações iguais, a primeira a ser

paga após um ano, a segunda a ser paga um ano após a primeira. João dispõe de uma aplicação muito boa, que lhe rende 50% ao ano.

Para que a venda à vista ou a prazo sejam equivalentes, o valor de cada prestação deve ser igual a

- A) 5300 reais.
- B) 5400 reais.
- C) 5500 reais.
- D) 5600 reais.
- E) 5700 reais.

Comentário:

Para determinar o valor de cada prestação de modo que o pagamento a prazo seja equivalente ao pagamento à vista sob a condição de uma aplicação financeira que rende 50% ao ano, precisamos usar o conceito de valor presente.

O preço à vista da moto é de 10 mil reais. O pagamento a prazo consiste em uma entrada de 4 mil reais e duas prestações iguais, a primeira paga após um ano e a segunda após dois anos.

Para que os pagamentos sejam equivalentes, o valor presente das prestações a prazo deve ser igual ao preço à vista. O valor presente VP de uma quantia futura FV que será recebida em n anos com uma taxa de juros r por período é dado por:

$$VP = \frac{FV}{(1+r)^n}$$

No caso de João, a taxa de juros é 50% ao ano (ou 0,5 em termos decimais). Vamos chamar o valor de cada prestação de P. Então, o valor presente da primeira prestação paga após um ano é $\frac{P}{1+0,5}$ e o da segunda prestação é $\frac{P}{(1+0,5)^2}$. A soma desses valores presentes, mais a entrada de 4 mil reais, deve ser igual a 10 mil reais.

A equação a ser resolvida é:

$$4.000 + \frac{P}{1,5} + \frac{P}{1,5^2} = 10.000$$

$$4.000 + \frac{P}{3} + \frac{P}{9} = 10.000$$

$$4.000 + \frac{2P}{3} + \frac{4P}{9} = 10.000$$

$$4.000 + \frac{6P}{9} + \frac{4P}{9} = 10.000$$

$$4.000 + \frac{10P}{9} = 10.000$$

$$\frac{10P}{9} = 10.000 - 4000$$

$$\frac{10P}{9} = 6000$$

$$P = 6000 \times \frac{9}{10} = 5.400$$

Gabarito: Letra B.

16) Depois de uma festa com churrasco João declarou:

Eu não tomei cerveja e comi salada.

Sabendo que a declaração de João é falsa, é correto concluir que João

Q2

- A) tomou cerveja e comeu carne.
- B) não tomou cerveja ou não comeu salada
- C) tomou cerveja e não comeu salada.
- D) tomou cerveja ou não comeu salada.

Comentário:

Para negar uma declaração que contém uma conjunção (e), substituímos a conjunção pela disjunção (ou) e negamos cada uma das proposições.

A declaração de João é "Eu não tomei cerveja e comi salada". A negação dessa declaração seria "Eu tomei cerveja ou eu não comi salada". Isso significa que pelo menos uma das afirmações negadas deve ser verdadeira:

Ou João tomou cerveja,

Ou João não comeu salada,

Ou ambas as coisas são verdadeiras.

Portanto, a correta negação da declaração de João é a alternativa D: "tomei cerveja ou não comi salada".

Gabarito: Letra D.

17) Em um hospital há vários médicos plantonistas, entre os quais A, B e C. O médico A dá plantão de 6 em 6 dias, o médico B dá plantão de 5 em 5 dias, e o médico C, de 4 em 4 dias. Esses três médicos estiveram de plantão juntos no dia 20 de julho.

A vez seguinte em que esses médicos estiveram juntos no plantão foi dia:

- A) 18 de setembro;
- B) 19 de setembro;
- C) 20 de setembro;
- D) 16 de novembro;
- E) 17 de novembro.

Comentário:

Este é um problema de mínimo múltiplo comum (MMC). Temos três médicos com ciclos de plantão de 6, 5 e 4 dias, respectivamente, e eles estiveram juntos no plantão no dia 20 de julho. Para descobrir a próxima data em que estarão juntos, precisamos encontrar o MMC dos ciclos de plantão, pois isso nos dará o número de dias após o dia 20 de julho que eles se encontrarão novamente.

Vamos calcular o MMC de 6, 5 e 4:

O MMC de dois números pode ser calculado pela divisão do produto desses números pelo maior divisor comum (MDC) deles.

Para três números, podemos calcular o MMC de dois números e depois calcular o MMC do resultado com o terceiro número.

Vamos fazer o cálculo do MMC para encontrar o intervalo de dias entre os plantões conjuntos dos médicos.

$$\begin{array}{r|l} 6, 5, 4 & 2 \\ 3, 5, 2 & 2 \\ 3, 5, 1 & 3 \\ 1, 5, 1 & 5 \end{array}$$

$$2 \times 2 \times 3 \times 5 = 60.$$

O mínimo múltiplo comum dos ciclos de plantão dos três médicos é 60 dias. Isso significa que eles se encontrarão novamente no plantão 60 dias após a última vez que estiveram juntos, que foi no dia 20 de julho.

Para encontrar a próxima data exata, adicionamos 60 dias ao dia 20 de julho. Vamos calcular essa data.

Adicionando 60 dias ao dia 20 de julho, a próxima vez que os três médicos estarão juntos no plantão será no dia 18 de setembro. Portanto, a resposta correta é a alternativa A.

Gabarito: Letra A.

18) Na canção “Se você jurar”, de Ismael Silva, encontramos a afirmação:

Se você jurar que me tem amor, eu posso me regenerar.

A negação dessa proposição é

- A) você jura que me tem amor e eu não me regenero.
- B) você não jura que me tem amor e eu não me regenero.
- C) você não jura que me tem amor e eu me regenero.
- D) você jura que me tem amor e eu posso me regenerar.
- E) você não jura que me tem amor e eu não posso me regenerar.

Comentário:

A estrutura da afirmação original é uma condicional: "Se P, então Q". A negação lógica de uma condicional é "P e não Q".

Aplicando isso à afirmação da canção:

P: Você jura que me tem amor.

Q: Eu posso me regenerar.

A negação será:

Não Q: Eu não posso me regenerar.

Portanto, a negação da afirmação da canção é: "Você jura que me tem amor e eu não posso me regenerar."

Isso corresponde à alternativa A.

Gabarito: Letra A.

19) Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6 tal que, quando lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer. Quando esse dado é lançado 3 vezes consecutivas, a probabilidade de que a soma dos números sorteados seja igual a 7 é $N / 216$

O valor de N é:

- A) 14;
- B) 15;
- C) 20;
- D) 21;
- E) 23.

Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos calcular a probabilidade de que a soma dos números sorteados ao lançar um dado cúbico três vezes seja igual a 7. Como cada face de um dado cúbico tem a mesma probabilidade de ocorrer, cada lançamento tem 1 chance em 6 de cair em qualquer número específico.

Quando lançamos o dado três vezes, o número total de combinações possíveis é $6 \times 6 \times 6 = 216$, que é o denominador da probabilidade dada no problema.

Para a soma ser 7, existem várias combinações possíveis com três lançamentos, tais como (1,1,5), (1,2,4), (1,3,3), (1,4,2), (1,5,1), (2,1,4), (2,2,3), (2,3,2), (2,4,1), (3,1,3), (3,2,2), (3,3,1), (4,1,2), (4,2,1), (5,1,1). Vamos contar todas as combinações únicas que somam 7.

Para fazer isso, vamos calcular isso programaticamente, considerando todas as combinações de três lançamentos onde a soma é 7.

Existem 15 combinações únicas de lançamentos de um dado que resultam na soma de 7. Portanto, o valor de N é 15, o que corresponde à alternativa B.

Gabarito: Letra B.

20) Considere a proposição “Se toco flauta, então toco trombone” e assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente a ela.

- A) Toco flauta e trombone.
 - B) Toco flauta ou não toco trombone.
 - C) Não toco flauta ou toco trombone.
 - D) Se toco trombone, então toco flauta.
 - E) Se não toco flauta, então não toco trombone.
-

Comentário:

Para encontrar uma proposição logicamente equivalente à proposição "Se toco flauta, então toco trombone", vamos analisar as alternativas sob a ótica da lógica proposicional.

A proposição original é uma implicação que pode ser expressa como "flauta \rightarrow trombone". De acordo com as leis da lógica proposicional, a implicação " $A \rightarrow B$ " é logicamente equivalente a " $\neg A \vee B$ ", que significa "não A ou B". Isso se baseia no fato de que se "A" é falso, então " $A \rightarrow B$ " é verdadeira, independentemente do valor de verdade de "B".

Vamos aplicar isso à nossa proposição original:

"Se toco flauta, então toco trombone" é equivalente a "Não toco flauta ou toco trombone".

Comparando com as alternativas:

- A) Toco flauta e trombone. (Não é equivalente; expressa uma conjunção, não uma implicação)
- B) Toco flauta ou não toco trombone. (Não é equivalente; a negação está no trombone, não na flauta)
- C) Não toco flauta ou toco trombone. (É a forma correta da implicação equivalente)
- D) Se toco trombone, então toco flauta. (Não é equivalente; inverte os termos da implicação original)
- E) Se não toco flauta, então não toco trombone. (Não é equivalente; expressa a negação de ambos os termos)

Portanto, a alternativa correta é a C) "Não toco flauta ou toco trombone".

Gabarito: Letra C.

DIREITOS HUMANOS

21) Em razão de duas situações concretas, João viu-se obrigado a ingressar em juízo com as ações constitucionais de Mandado de Segurança e Habeas Data.

Apesar de não ser hipossuficiente, logo, não se enquadrando no conceito de pessoa reconhecidamente pobre, João questionou seu advogado sobre a necessidade de pagar custas, ao Poder Judiciário, para que as ações pudessem ser conhecidas e julgadas.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o advogado respondeu, corretamente, que

- A) em ambas as ações seriam devidas custas.
- B) em ambas as ações não seriam devidas custas.
- C) somente no Habeas Data seriam devidas custas.
- D) somente no Mandado de Segurança seriam devidas custas.

Comentário:

CF. Art. 5º. LXXVII. São **gratuitas** as ações de **habeas corpus e habeas data**, e, na forma da lei, **os atos necessários ao exercício da cidadania**.

Remédios Constitucionais	
Habeas Corpus	Gratuito.
Habeas Data	Gratuito.
Mandado de Segurança	Não é gratuito.
Mandado de Injunção	Não é gratuito.
Ação Popular	Gratuito, salvo comprovada má-fé.

Gabarito: Letra D.

22) Nos termos do Estatuto de Roma, é correto afirmar que

- A) a competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes contra a humanidade e crimes de guerra, nos termos das disposições do presente Estatuto.
- B) qualquer pessoa condenada pelo Tribunal Penal Internacional só poderá ser punida em conformidade com as disposições do presente Estatuto.
- C) a sede do Tribunal Penal Internacional será em Roma.
- D) é vedada a alteração da sede do Tribunal Penal Internacional para outro local.
- E) a competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes de guerra e ao crime de genocídio, nos termos das disposições do presente Estatuto.

Comentário:

Letras A/E: Erradas.

D. 4.388/02. **Artigo 5º - Crimes da Competência do Tribunal**

1. A competência do Tribunal **restringir-se-á aos crimes mais graves**, que afetam a **comunidade internacional** no seu conjunto. Nos termos do presente Estatuto, o Tribunal terá competência para julgar os seguintes crimes:

- a) O crime de **genocídio**;
- b) Crimes **contra a humanidade**;
- c) Crimes de **guerra**;
- d) O crime de **agressão**.

Letra B: Correta.

D. 4.388/02. **Artigo 23 - Nulla poena sine lege**

Qualquer pessoa condenada pelo Tribunal **só poderá ser punida** em conformidade com as **disposições do presente Estatuto**.

Letra C: Errada.

D. 4.388/02. Artigo 3º - Sede do Tribunal

1. A sede do Tribunal será na **Haia, Países Baixos** ("o Estado anfitrião").

Letra D: Errada.

D. 4.388/02. Artigo 3º - Sede do Tribunal

3. Sempre que entender conveniente, o Tribunal **poderá funcionar em outro local**, nos termos do presente Estatuto.

Gabarito: Letra B.

23) A nova Lei de Imigração (Lei 13.445/17) dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Em relação as definições apresentadas no texto dessa lei, considera-se:

A) emigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.

B) imigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.

C) apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por determinado Estado.

D) visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, com pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

E) residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 13.445/17. Art. 1º. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

II - **imigrante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que **trabalha ou reside** e se estabelece **temporária ou definitivamente** no Brasil;

Letra B: Errada.

Lei 13.445/17. Art. 1º. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

III - **emigrante**: brasileiro que se estabelece **temporária** ou **definitivamente** no exterior;

Letra C: Errada.

Lei 13.445/17. Art. 1º. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

VI - **apátrida**: pessoa que não seja considerada como nacional por **nenhum** Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

Letra D: Errada.

Lei 13.445/17. Art. 1º. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

V - **visitante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que **vem ao Brasil para estadas de curta duração**, **sem pretensão** de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

Letra E: Correta.

Lei 13.445/17. Art. 1º. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

IV - **residente fronteiriço**: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua **residência habitual em município fronteiriço** de país vizinho;

Gabarito: Letra E.

24) Assinale a alternativa correta consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

- A) O crime de tortura é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- B) Aquele que se omite diante de condutas tipificadas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de dois a quatro anos.
- C) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a doze anos.
- D) Se o crime de tortura é cometido mediante sequestro, aumenta-se a pena de um sexto até dois terços.
- E) A condenação acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Comentário:

Crime de Tortura – Efeitos

Lei 9.455/97. Art. 1º. § 5º A condenação acarretará a **perda** do cargo, função ou emprego público e a **interdição** para seu exercício pelo **dobro do prazo** da pena aplicada.

Gabarito: Letra E.

25) Inês, estudiosa dos direitos afetos a todas as pessoas humanas, realizou alentada pesquisa a respeito da forma como cada Estado de Direito pode criminalizar e penalizar certas condutas.

Ao final de suas pesquisas, concluiu corretamente que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

- A) cada Estado de Direito somente pode criminalizar condutas que configurem crimes no âmbito do Direito Internacional.
- B) é vedado que uma pessoa seja acusada de crime que, no momento da ação ou omissão, não era considerado como tal pela lei.
- C) a lei que aumente a pena cominada a algum crime somente pode ser aplicada à conduta praticada em momento anterior à sua vigência em casos graves.
- D) deve ser assegurada a toda pessoa o direito de provar a sua inocência, de modo a afastar a presunção de culpabilidade decorrente do ajuizamento da ação penal.

Comentário:

**DUDH
Artigo XI**

1. **Toda pessoa acusada** de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente**, até que a sua culpabilidade tenha sido **provada** de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as **garantias necessárias à sua defesa**. (**Presunção de Inocência e Princípio do Devido Processo Legal**)

2. **Ninguém** poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, **no momento**, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também **não será imposta pena mais forte** do que aquela que, **no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso**.

Gabarito: Letra B.

26) Com o objetivo de estimular o desenvolvimento da participação popular em questões diretamente relacionadas à vida diária, o Município Alfa editou a Lei municipal nº X, que dispôs sobre o fortalecimento das associações de bairro na perspectiva municipalista. Para tanto, dispôs que a adesão à associação se aperfeiçoaria com a só residência no respectivo bairro, assegurado o desligamento a partir de processo administrativo instaurado para esse fim, em que o interessado declinaria os respectivos motivos à Secretaria Municipal competente, que decidiria pelo deferimento ou não.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República, que

- A) a adesão à associação, pela só residência no local, e a restrição ao desligamento são inconstitucionais.
- B) a decisão da Secretaria Municipal deve ser necessariamente motivada, para que o proceder seja constitucional.
- C) a Lei municipal nº X ponderou os interesses público e privado corretamente, não apresentando qualquer vício.

D) o critério de adesão está lastreado em padrões objetivos e genericamente aplicados a todos, atendendo à isonomia, sendo constitucional.

E) a análise do desligamento da associação deveria ser realizada pelo respectivo órgão diretivo.

Comentário:

CF. Art. 5º.

XIX. As associações só poderão ser compulsoriamente **dissolvidas** ou ter suas **atividades suspensas** por **decisão judicial**, exigindo-se, no **primeiro caso**, o **trânsito em julgado**;

Associação	
Dissolução Compulsória	Suspensão das Atividades
Decisão Judicial, sendo necessário o trânsito em julgado ;	Decisão Judicial, não exige o trânsito em julgado .
OBS: Não é possível a dissolução ou suspensão das atividades de uma associação por meio de ato administrativo , e sim decisão judicial .	

XX. **Ninguém** poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

Gabarito: Letra A.

27) É direito previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos:

A) a vedação da prisão para quem não puder cumprir uma obrigação contratual.

B) jovens e adultos presos podem ser agrupados, ao passo que os idosos ficarão separados, devendo ser julgados o mais breve possível.

C) a proibição da pena de morte.

D) pessoas processadas serão sempre separadas das pessoas condenadas, recebendo tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não condenada.

E) a vedação da pessoas se submeter experiências médicas ou científicas, ainda que com seu livre consentimento.

Comentário:

Letra A: Correta.

ARTIGO 11

Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.

Letra B: Errada.

ARTIGO 10

2. b) As pessoas **processadas**, **jovens**, deverão ser **separadas das adultas** e juulgadas o mais rápido possível.

Letra C: Errada.

ARTIGO 6

2. Nos países em que a **pena de morte não tenha sido abolida**, esta poderá ser imposta **apenas nos casos de crimes mais graves**, em conformidade com legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do presente Pacto, nem com a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio. Poder-se-á aplicar essa pena apenas em decorrência de uma **sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente**.

Letra D: Errada.

ARTIGO 10

2. a) As pessoas **processadas** deverão ser **separadas**, **salvo em circunstâncias excepcionais**, das pessoas **condenadas** e receber tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não-condenada.

Letra E: Errada.

ARTIGO 7

Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será **proibido** sobretudo, **submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas**.

Gabarito: Letra A.

28) À luz da Lei n.º 13.060/2014, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública no território nacional, assinale a opção correta.

- A) Os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, mesmo que o seu uso ponha em risco a integridade física ou psíquica dos policiais.
- B) Não é legítimo o uso de arma de fogo contra pessoa em fuga que esteja armada ou que não represente risco imediato de morte ou de lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
- C) É legítimo o uso de arma de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública somente quando o ato represente risco de morte ou lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
- D) Sempre que o uso da força pelos agentes de segurança pública causar ferimentos em pessoas, serão assegurados imediata assistência e socorro médico aos feridos, sem a necessidade de comunicação do ocorrido à família ou à pessoa por eles indicada.
- E) São considerados instrumentos de menor potencial ofensivo os projetados especificamente para, com baixa ou média probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 13.060/14. Lei 13.060/14. Art. 2º Os órgãos de segurança pública **deverão priorizar** a utilização dos **instrumentos de menor potencial ofensivo**, **desde que o seu** uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais, e deverão obedecer aos seguintes **princípios**:

Letra B: Errada.

Lei 13.060/14. Art. 2º Parágrafo único. **Não é legítimo o uso de arma de fogo:**

I - **contra pessoa em fuga que esteja desarmada** ou que **não represente risco imediato de morte ou de lesão** aos agentes de segurança pública ou a terceiros; e

Letra C: Correta.

Lei 13.060/14. Art. 2º Parágrafo único. **Não é legítimo o uso de arma de fogo:**

II - **contra veículo que desrespeite bloqueio policial** em via pública, **exceto quando o ato represente risco de morte ou lesão** aos agentes de segurança pública ou a terceiros.

Letra D: Errada.

Lei 13.060/14. Art. 6º Sempre que do uso da força praticada pelos agentes de segurança pública decorrerem ferimentos em pessoas, deverá ser assegurada a **imediata prestação de assistência e socorro médico** aos feridos, bem como a **comunicação do ocorrido à família** ou à **pessoa** por eles indicada.

Letra E: Errada.

Lei 13.060/14. Art. 4º Para os efeitos desta Lei, consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles projetados especificamente para, com **baixa probabilidade** de causar **mortes ou lesões permanentes**, conter, debilitar ou **incapacitar temporariamente** pessoas.

Gabarito: Letra C.

29) Ana, líder de um grupo de estudo na área de direitos humanos, integrado por servidores públicos do Município Beta, os quais buscavam ampliar os seus conhecimentos nas horas vagas, foi questionada em relação à previsão, ou não, de deveres no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ana respondeu corretamente que

- A) não, pois a previsão de deveres, em um documento destinado a evitar o arbítrio do Estado, seria contraditório.
- B) não, pois deveres, enquanto antítese dos direitos, são previstos em documentos específicos, não em declarações de direitos.
- C) sim, pois o ser humano possui deveres para com a comunidade, na qual o livre desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- D) sim, pois os direitos assumem posição secundária na Declaração, sendo apenas o resultado dos deveres estabelecidos para o Estado e a sociedade.

Comentário:

DUDH

Artigo XXIX

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem, e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Gabarito: Letra C.

30) Maria compareceu a uma repartição pública federal e solicitou certidão de inteiro teor do edital e do contrato da obra pública que estava sendo realizada próximo à sua residência. De acordo com os motivos que declinou, iria utilizar as informações para ingressar com uma ação judicial pedindo a paralisação da obra, que estava acarretando a inundação da sua casa. O requerimento, no entanto, foi negado sob o argumento de que o requerimento de Maria não encontra amparo na Constituição da República.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- A) O requerimento de Maria foi corretamente indeferido.
- B) Maria pode impetrar um mandado de segurança ou um habeas data para obter as informações almejadas.
- C) Maria pode impetrar um mandado de segurança, não um habeas data, para obter as informações almejadas.
- D) Maria pode impetrar um habeas data, não um mandado de segurança, para obter as informações almejadas.
- E) Maria pode impetrar um mandado de segurança, mas apenas se ainda não decorridos cento e vinte dias desde a prolação da decisão, caso contrário, só caberá o habeas data.

Comentário:

CF. Art. 5º. LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

Mandado de Segurança

- ✓ É considerado uma ação de natureza civil e rito sumário; É possível o uso de MS em processos penais.
- ✓ Possui caráter residual, pois seu cabimento será para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- ✓ É cabível MS contra atos discricionários (referentes ao abuso de poder) ou vinculados (referentes à ilegalidade).

Quem pode impetrar MS?

1. Qualquer pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com ou sem domicílio no país;
2. Órgãos de grau superior, com a finalidade de defender suas prerrogativas e atribuições;

3. Ministério Público;

Prazo do MS

- ✓ Prazo de **120 dias**, começando a partir da ciência do interessado;
- ✓ Possui um **prazo decadencial, não sendo possível a suspensão ou interrupção**;
- ✓ É constitucional **lei que fixa o prazo de decadência** para a impetração de mandado de segurança.

Gabarito: Letra C.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO APLICADA À PMERJ

31) O Governo Federal tem interesse na criação de uma Sociedade de Economia Mista para explorar determinada atividade econômica, considerada importante pela Administração.

Sobre a criação da Sociedade de Economia Mista, assinale a afirmativa correta.

- A) Deve ter capital integralmente detido por um ente público.
- B) Deve ser instituída por meio de autorização em lei específica.
- C) Deve contratar apenas servidores efetivos, selecionados por meio de concurso público.
- D) Deve dispensar a utilização de procedimentos de licitação para aquisições necessárias.

Comentário:

A questão sobre a criação de uma Sociedade de Economia Mista pelo Governo Federal apresenta aspectos importantes:

- Sociedades de Economia Mista são criadas para explorar atividade econômica ou prestar serviços públicos. Elas possuem tanto capital público quanto privado.
- A criação de uma Sociedade de Economia Mista requer autorização legislativa específica. Isso está alinhado com o princípio da legalidade, assegurando que tais entidades sejam estabelecidas com transparência e controle.
- Essas entidades seguem um regime híbrido de direito público e privado, refletindo sua natureza mista de capital e a flexibilidade necessária para atuar no mercado.
- As Sociedades de Economia Mista estão sujeitas a regras específicas, como a necessidade de licitação para aquisições, embora com algumas peculiaridades em comparação com a Administração Direta.

Portanto, a afirmativa correta para a questão seria a opção B, destacando a necessidade de autorização legislativa para a criação de uma Sociedade de Economia Mista.

Gabarito: Letra B.

32) A Lei nº 14.133/21, elaborada para ditar o novo regramento das licitações e contratações públicas, elenca expressamente algumas situações nas quais não se aplica na sua integralidade, em virtude de características específicas.

Assinale a opção que apresenta uma dessas situações.

- A) Compras por órgãos do Poder Legislativo desempenhando funções administrativas.
- B) Contratações realizadas no âmbito de repartições públicas no exterior.
- C) Realização de contratos de eficiência para a geração de economia para o contratante.
- D) Alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos.

Comentário:

Lei 14.133/21. Art. 1º. § 2º As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado.

Gabarito: Letra B.

33) O processo de descentralização administrativa realizado por um ente político, permite que

- A) a atividade política seja delegada para as organizações sociais, desde que sem finalidades lucrativas.
- B) as atribuições administrativas sejam distribuídas entre órgãos criados com essa função.
- C) os órgãos privados adquiram personalidade jurídica, atuando em consonância com as empresas públicas.
- D) seja criada uma entidade administrativa, por meio de lei, para executar determinado serviço público.

Comentário:

A alternativa correta é a D. No contexto de descentralização administrativa, um ente político (como a União, Estados ou Municípios) transfere a execução de determinados serviços públicos para entidades criadas especificamente para este fim, como autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Este processo implica na criação de uma nova entidade administrativa, com personalidade jurídica própria, por meio de lei, para a execução desses serviços.

Principais Características da Descentralização Administrativa:

- Criação de entidades com personalidade jurídica própria.
- Execução de serviços públicos específicos fora da estrutura da Administração Direta.
- A busca por maior eficiência e especialização na gestão de serviços.
- A descentralização é realizada por meio de lei e pode ser feita por outorga ou delegação.

Gabarito: Letra D.

34) Assinale a opção que indica o princípio constitucional que confere à Administração Pública a capacidade de anular atos ilegais e revogar aqueles considerados inoportunos ou inconvenientes.

- A) Autotutela.
 - B) Publicidade.
 - C) Ampla defesa.
 - D) Irretroatividade.
-

Comentário:

A opção correta é a A) Autotutela. Este princípio constitucional confere à Administração Pública a capacidade de exercer controle sobre seus próprios atos, permitindo a anulação de atos ilegais e a revogação daqueles que sejam considerados inoportunos ou inconvenientes. A autotutela garante que a Administração possa garantir a legalidade e adequação de suas ações sem a necessidade de intervenção externa.

Gabarito: Letra A.

35) A sociedade empresária Alfa, após preencher todos os requisitos legais para conseguir determinado ato administrativo que lhe traria benefícios, foi informada de que tem direito subjetivo à sua obtenção.

Essa informação está correta, caso se trate de um ato

- A) vinculado.
 - B) discricionário.
 - C) consensual.
 - D) ablativo.
-

Comentário:

A alternativa correta é a A) vinculado. No contexto de um ato administrativo vinculado, quando uma sociedade empresária preenche todos os requisitos legais estabelecidos, ela adquire o direito subjetivo à sua obtenção. Isso porque a Administração Pública não possui margem de liberdade para decidir de forma diferente, estando estritamente vinculada à lei.

- **Atos Vinculados:** São aqueles para os quais a lei estabelece requisitos e condições específicas para sua realização. A Administração Pública não tem liberdade de escolha, devendo seguir estritamente o que a norma jurídica determina. Se todos os requisitos legais são atendidos, o ato deve ser praticado, concedendo um direito subjetivo ao interessado.
- **Atos Discricionários:** Diferentemente dos atos vinculados, nos atos discricionários, a Administração tem certa margem de liberdade para decidir sobre a conveniência e oportunidade de sua prática. Embora sujeitos aos limites legais, os atos discricionários permitem ao administrador avaliar aspectos como o mérito do ato, adaptando-se às necessidades da situação concreta.

Gabarito: Letra A.

36) Acerca do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado Do Rio De Janeiro, assinale a opção correta.

- A) A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, subordinada ao Secretário de Estado de Esportes, é uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à manutenção da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.
- B) Os militares de carreira não adquirem estabilidade ou vitaliciedade e, após serem desligados do serviço ativo, passam a se sujeitar à Lei do Serviço Militar, conforme o grau de instrução recebido.
- C) Os integrantes da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria comum de servidores do Estado e são denominados policiais militares.

- D) Os alunos de órgãos de formação de policiais-militares são considerados PMs fora de atividade.
E) Os temporários, incorporados à Polícia Militar para prestação de serviço militar voluntário, durante os prazos previstos na legislação, são PMs na ativa.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 443/81. Art. 2º - A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, **subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública**, é uma instituição **permanente**, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à **manutenção da ordem pública** no Estado do Rio de Janeiro, sendo considerada Força Auxiliar, reserva do Exército.

Letra B: Errada.

Lei 443/81. Art. 3º

§ 2º - **Os policiais-militares de carreira** são os da **ativa** que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, **têm vitaliciedade assegurada ou presumida**.

§ 3º **Os militares temporários não adquirem estabilidade ou vitaliciedade** e, **após serem desligados** do serviço ativo, **passam a se sujeitar à Lei do Serviço Militar**, conforme o grau de instrução recebido.

Letra C: Errada.

Lei 443/81. Art. 3º Os integrantes da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, formam uma **categoria especial de servidores** do Estado e são denominados policiais militares.

Letra D/E: Errada/Correta.

Lei 443/81. Art. 3º Os integrantes da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, formam uma **categoria especial de servidores** do Estado e são denominados policiais militares.

§ 1º - Os policiais-militares encontram-se em uma das seguintes situações:

PMs na Ativa	a) os policiais-militares de carreira ; b) os temporários , incorporados à Polícia Militar para prestação de serviço militar voluntário, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço policial militar temporário voluntário; c) os componentes da reserva remunerada da Polícia Militar, quando convocados; d) os alunos de órgãos de formação de policiais-militares da ativa .
PMs na Inatividade	a) na reserva remunerada , quando pertencem à reserva da Corporação e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação; b) reformados , quando, tendo passado por uma das situações anteriores, estão dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuam a perceber remuneração do Estado. c) reserva remunerada e, excepcionalmente , os reformados , executando tarefa por tempo certo .

Gabarito: Letra E.

37) Segundo a Constituição Federal, na hipótese de um crime de homicídio doloso cometido por militar estadual em que a vítima é um civil, a competência para processar e julgar o delito é

- A) do Tribunal de Justiça Militar.
B) do Tribunal do Júri.
C) da justiça militar estadual.

- D) do juiz criminal estadual.
E) do Tribunal de Justiça Estadual.

Comentário:

CF/88, Art. 125. Os **Estados** organizarão sua **Justiça**, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil**, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

STF/Súmula 721

A competência constitucional do **Tribunal do Júri** prevalece sobre o **foro** por prerrogativa de função estabelecido **exclusivamente** pela **Constituição estadual**.

Gabarito: Letra B.

38) De acordo com a Constituição Estadual do RJ, analise as assertivas abaixo e encontre a correta.

- A) O militar da ativa, que aceitar cargo, emprego ou função pública permanente, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, só poderá ser promovido por antiguidade.
B) As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas pelo Secretário do Estado.
C) As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.
D) O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente ficará agrado ao respectivo quadro.
E) São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

Comentário:

Letra A: Errada.

CE/RJ. Art. 91 § 4º - O militar da ativa, que aceitar cargo, emprego ou função pública **temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta**, ficará **agregado** ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, só poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção a transferência para a reserva, sendo, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.

Letra B: Errada.

CE/RJ. Art. 91 § 2º - As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas pelo **Governador do Estado**.

Letra C: Correta.

CE/RJ. Art. 91 § 1º - As **patentes**, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos **oficiais** da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

Letra D: Errada.

CE/RJ. Art. 91 § 3º - O militar em atividade que **aceitar cargo público civil permanente** será transferido para a **reserva**.

Letra E: Errada.

CE/RJ. Art. 91 - São **servidores militares estaduais** os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Gabarito: Letra C.

39) Com base na Lei 9.537/21, assinale a alternativa correta.

- A) A remuneração na inatividade é o quantitativo em dinheiro que o militar do Estado percebe na inatividade, sendo composta por soldo e gratificações não integradas;
B) A retribuição estipendial do militar do Estado na inatividade compreende a sua remuneração na inatividade e o auxílio-invalidez.
C) A legislação dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos pode ser aplicada ao SPSMERJ.
D) Os militares da ativa não são considerados beneficiários do SPSMERJ.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 9.537/21. Art. 5º Parágrafo único. A **remuneração na inatividade** é o **quantitativo em dinheiro** que o militar do Estado percebe na inatividade, quer na reserva remunerada, quer na situação de reformado, constituída pelas seguintes **parcelas**:

I – **soldo e eventual diferença de soldo** ou **quotas de soldo**;

II – **gratificações incorporáveis**.

Letra B: Correta.

Lei 9.537/21. Art. 5º A **retribuição estipendial** do militar do Estado na inatividade compreende a sua remuneração na inatividade e o auxílio-invalidez.

Letra C: Errada.

Lei 9.537/21. Art. 6º **Não se aplicam** ao SPSMERJ o regime jurídico e a legislação dos **regimes próprios de previdência social dos servidores públicos**.

Letra D: Errada.

Lei 9.537/21. Art. 7º São **beneficiários** do SPSMERJ os militares ativos e inativos, seus dependentes e os pensionistas militares, na forma desta Lei.

Gabarito: Letra B.

40) Levando em consideração as disposições preliminares do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado Do Rio De Janeiro e sua literalidade, marque a alternativa correta.

- A) Os policiais-militares da reformados poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador do Estado, mesmo que não haja conveniência para o serviço.
B) Constitui requisito dispensável para ingresso no Quadro de Oficiais Policiais-Militares a conclusão do Curso da Escola de Formação de Oficiais da Corporação.
C) O brasileiro naturalizado pode exercer a carreira de Oficial da Polícia Militar.
D) A carreira policial-militar é privativa do pessoal da ativa; inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 443/81. Art. 8º - Os **policiais-militares da reserva remunerada** poderão ser convocados para o **serviço ativo**, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador do Estado, **desde que haja conveniência para o serviço**.

Letra B: Errada.

Lei 443/81. Art. 5º § 3º - Constitui **requisito indispensável** para ingresso no Quadro de Oficiais Policiais-Militares a **conclusão do Curso da Escola de Formação de Oficiais da Corporação**.

Letra C: Errada.

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Lei 443/81. Art. 5º § 2º - É **privativa de brasileiro nato** a carreira de **Oficial da Polícia Militar**.

Letra D: Correta.

Lei 443/81. Art. 5º § 1º - A carreira policial-militar é **privativa do pessoal da ativa**; inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.

Gabarito: Letra D.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

41) Dario, casado com Elisa, começa a beijá-la na cama, sendo correspondido. Na sequência, ele faz menção de terem relações sexuais, porém, ela recusa, alegando que está com sono e quer dormir. Não satisfeito com a negativa de Elisa, Dario a imobiliza e mantém com ela cópula vaginal, a força. Durante a relação sexual, diante da resistência de Elisa e da agressividade com que é possuída pelo marido, ela sofre lesões corporais leves.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica dos fatos, à luz do ordenamento jurídico penal, é:

- A) lesão corporal qualificada pela violência doméstica;
- B) estupro qualificado por lesão corporal;
- C) estupro, com a pena aumentada;
- D) estupro e lesão corporal qualificada pela violência doméstica;
- E) estupro, com a pena aumentada, e lesão corporal qualificada pela violência doméstica.

Comentário:

CP. Art. 213. **Constranger** alguém, mediante **violência ou grave ameaça**, a ter **conjunção carnal** ou a **praticar** ou **permitir** que com ele se pratique outro **ato libidinoso**:

Pena – **reclusão**, de **6 a 10 anos**.

§ 1º Se da conduta resulta **lesão corporal de natureza grave** ou se a vítima é **menor de 18** ou maior **de 14 anos**:

Pena – **reclusão**, de **8 a 12 anos**.

Art. 226. A pena é **aumentada**:

II - de **metade**, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela;

(A) ERRADA. O texto mencionado também descreve um crime contra a dignidade sexual.

(B) ERRADA. A simples lesão corporal não constitui uma qualificação para o crime de estupro. De acordo com o Artigo 213, § 1º, se a ação resultar em lesão corporal grave, ou se a vítima for menor de 18 anos e maior de 14 anos, a pena será de reclusão de 8 a 12 anos.

(C) CORRETA. As normas gerais sobre crimes contra a dignidade sexual incluem um aumento de pena de metade quando o crime é praticado pelo cônjuge. Conforme o Artigo 226, a pena é aumentada: II - em metade, se o autor do crime for ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou possuir qualquer forma de autoridade sobre ela.

(D) ERRADA. No crime de estupro, mesmo em sua forma básica, a pena deve ser aumentada em metade, conforme estabelecido no art. 226 do Código Penal.

(E) ERRADA. No caso apresentado, o crime de estupro engloba o crime de lesão corporal leve. Isso ocorre porque, na situação descrita, não é possível distinguir as lesões leves do ato sexual criminoso, especialmente quando as lesões resultam do constrangimento ou da relação sexual forçada.

Gabarito: Letra C.

42) Jeremias, Policial Militar, efetuou a prisão em flagrante de Paulo, que furtava alguns objetos de uma loja quando a guarnição estava passando pela rua. Durante a captura, Jeremias não se identificou, cobrindo o seu nome na farda. Durante o interrogatório na Delegacia de Polícia, Martha, Delegada de Polícia, se identificou como uma escritã, com o intuito de gerar a empatia de Paulo, influenciando-o a confessar o crime.

De acordo com a Lei nº 13.869/19 (Lei do Abuso de Autoridade),

- A) Jeremias e Martha cometeram crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade.
- B) embora Martha tenha cometido crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Jeremias agiu conforme a lei, pois não tem obrigação de se identificar quando da prisão em flagrante de alguém.
- C) embora Jeremias tenha cometido crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Martha agiu conforme a lei, pois não deixou de se identificar ao preso quando do seu interrogatório, mas apenas atribuiu a si cargo falso com o intuito de obter a verdade dos fatos.

- D) tanto Jeremias quanto Martha agiram em conformidade com a lei, não tendo cometido quaisquer crimes.
E) somente Martha cometeu crime, pois a Lei de Abuso de Autoridades não se aplica aos Policiais Militares.

Comentário:

De acordo com a Lei nº 13.869/19, que trata do abuso de autoridade, tanto Jeremias quanto Martha cometeram crimes previstos na lei. O Art. 16 da Lei de Abuso de Autoridade estipula que é crime deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão. Isso se aplica ao caso de Jeremias, que não se identificou ao efetuar a prisão de Paulo. Além disso, o parágrafo único do mesmo artigo estipula que incorre na mesma pena quem, como responsável por interrogatório em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso ou atribui a si mesmo falsa identidade, cargo ou função, o que se aplica ao caso de Martha, que se identificou falsamente como escrivã.

Lei nº 13.869/19. Art. 16. **Deixar de identificar-se** ou **identificar-se falsamente** ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão:

Pena - **detenção**, de **6 meses a 2 anos**, e multa.

Parágrafo único. Incorre **na mesma pena** quem, como **responsável por interrogatório** em sede de procedimento investigatório de infração penal, **deixa de identificar-se ao preso** ou **atribui a si mesmo falsa identidade**, cargo ou função.

Portanto, a alternativa correta é: A) Jeremias e Martha cometeram crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

Gabarito: Letra C.

43) Bianca, inconformada com o fim de seu namoro com Caio, ciente de que ele costuma frequentar determinado parque público para se exercitar aos domingos, passa a ir ao local, a fim de encontra-lo, ocasião em que, de forma insistente e aos prantos, pede para que reatem a relação amorosa, assim dificultando seu lazer, o que é feito em cinco domingos sucessivos.

Diante do caso narrado, o crime cometido por Bianca é de:

- A) perseguição;
- B) constrangimento ilegal;
- C) violência psicológica;
- D) importunação sexual;
- E) perturbação do sossego.

Comentário:

Diante do caso narrado, o crime cometido por Bianca é de perseguição, conhecido também como stalking. De acordo com o Art. 147-A do Código Penal, perseguir alguém reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando a integridade física ou psicológica, restringindo a capacidade de locomoção ou de qualquer forma invadindo ou perturbando a esfera de liberdade ou privacidade da pessoa, constitui o crime de perseguição. A pena para esse crime é de reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.

Portanto, a alternativa correta é a A) perseguição. Bianca, ao procurar Caio reiteradamente no parque e insistir para que retomem o relacionamento, perturbando sua esfera de liberdade e privacidade, enquadra-se na definição legal de perseguição.

Perseguição (Stalking ou Cyberstalking)

CP. Art. 147-A. **Perseguir** alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade **física ou psicológica**, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.

Pena – reclusão, de 6 meses a 2 anos, e multa.

§ 1º A pena é **aumentada de metade** se o crime é cometido:

I – contra criança, adolescente ou idoso;

II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código;

III – mediante **concurso de 2 (duas) ou mais** pessoas ou com o emprego de arma.

Gabarito: Letra A.

44) Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- A) genocídio;
 - B) estupro;
 - C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
 - D) constituição de milícia privada;
 - E) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
-

Comentário:

Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

V - **estupro** (art. 213, caput e §§ 1o e 2o);

VII-B - **falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais** (art. 273, caput e § 1o, § 1o-A e § 1o-B, com a redação dada pela Lei no 9.677, de 2 de julho de 1998).

IX - **furto qualificado pelo emprego de explosivo** ou de **artefato análogo** que cause **perigo comum** (art. 155, § 4º-A).

Parágrafo único. Consideram-se também **hediondos**, tentados ou consumados:

I - o crime de **genocídio**, previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;

Gabarito: Letra D.

45) Homero, ex-namorado de Ilma, ao tomar conhecimento de que ela está grávida de um filho dele, decide matá-la, razão pela qual a convida para uma conversa particular em sua residência, sob o pretexto de que gostaria de combinar com ela uma assistência, moral e material, durante a gestação. Ao chegar ao local combinado, Ilma é golpeada a pauladas por Homero, notadamente na cabeça, daí resultando sua morte e, conseqüentemente, a do feto.

Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato é:

- A) homicídio qualificado pela dissimulação;
 - B) homicídio qualificado pela dissimulação e pelo emprego de meio cruel;
 - C) homicídio qualificado pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio);
 - D) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), e aborto provocado por terceiro;
 - E) homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), com a pena aumentada por ter sido o crime cometido durante a gestação, e aborto provocado por terceiro.
-

Comentário:

A correta adequação típica do fato narrado é a alternativa E: "homicídio qualificado pela dissimulação, pelo emprego de meio cruel e por ter sido praticado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), com a pena aumentada por ter sido o crime cometido durante a gestação, e aborto provocado por terceiro".

Homero cometeu homicídio qualificado, caracterizado pelas seguintes qualificadoras:

I) " Convida para uma conversa particular " → 121§ 2 IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

II) " golpeada a pauladas " → 121 § 2º III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

III) " tomar conhecimento de que ela está grávida" → 121 § 2ºVI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: ou seja, pune mais gravemente aquele que mata mulher por "razões da condição de sexo feminino" (por razões de gênero). Não basta a vítima ser mulher.

IV) "durante a gestação" → 121 § 7 A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

Gabarito: Letra E.

46) José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das consequências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa.

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- A) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
 - B) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
 - C) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
 - D) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
 - E) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.
-

Comentário:

De acordo com a Lei nº 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, as consequências de uma eventual condenação criminal para José, que ocupa um cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, são as seguintes:

Perda do Cargo Público: A condenação com trânsito em julgado por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo.

Interdição para Exercício de Função ou Cargo Público: Além disso, haverá a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Dado este contexto, a alternativa correta seria a opção D: "deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada."

Lei 9.455. Art. 1º.

§ 4º **Aumenta-se** a pena de **um sexto até um terço:**

I - se o crime é cometido por **agente público;**

II – se o crime é cometido **contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;**

III - se o crime é cometido mediante **sequestro.**

§ 5º A condenação acarretará a **perda** do cargo, função ou emprego público e a **interdição** para seu exercício pelo **dobro do prazo** da pena aplicada.

Gabarito: Letra D.

47) Em crime de roubo praticado por Orestes, no qual Saulo figurou como ofendido, o Ministério Público, ao fim da investigação, não ofereceu denúncia tampouco se manifestou no prazo legal. Diante disso, Saulo, por intermédio de seu advogado, ajuizou ação privada subsidiária da pública, a qual foi recebida pelo juízo. Contudo, no curso do feito, Saulo, apesar de devidamente intimado por três vezes, deixou de promover o andamento do processo por seis meses seguidos.

Nessa hipótese, é correto afirmar que deverá:

- A) o juiz declarar a ocorrência da preempção e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;
- B) o Ministério Público requerer a extinção do feito em razão da decadência do direito de queixa de Saulo;
- C) o juiz declarar a ocorrência da renúncia tácita de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;
- D) o Ministério Público retomar a ação como parte principal em razão da negligência de Saulo;
- E) o juiz declarar a ocorrência do perdão tácito de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes.

Comentário:

CPP. Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal. (Ação Penal Privada Subsidiária da Pública)

Gabarito: Letra D.

48) O acordo de não persecução penal consiste no ajuste de condições oferecidas pelo Ministério Público para evitar a deflagração da persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação do crime.

Acerca do referido instituto é correto afirmar que

- A) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, condicionado, nestes casos, à concordância da vítima.
- B) a sua celebração independe da confissão formal e circunstanciada da prática de infração penal.
- C) a análise de adequação, suficiência e proporcionalidade das condições avençadas será exclusiva do Ministério Público, se restringido o juízo de homologação à observância dos requisitos formais.
- D) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- E) é cabível nos casos de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPP. Art. 28-A. § 2º O disposto no caput (Acordo de Não Persecução Penal) deste artigo **não se aplica** nas seguintes hipóteses:

IV - nos crimes praticados no âmbito de **violência doméstica ou familiar**, ou praticados **contra a mulher por razões da condição de sexo feminino**, em favor do agressor.

Letra B: Errada.

CPP. Art. 28-A. **Não sendo caso de arquivamento** e tendo o investigado **confessado** formal e circunstancialmente a prática de infração penal **sem violência** ou **grave ameaça** e com pena **mínima inferior a 4 anos**, o **Ministério Público** poderá propor **acordo de não persecução penal**, desde que **necessário e suficiente** para **reprovação e prevenção do crime**, mediante as **seguintes condições** ajustadas cumulativa e alternativamente:

Letra C: Errada.

CPP. Art. 28-A. § 5º Se o **juiz** considerar **inadequadas, insuficientes ou abusivas** as condições dispostas no acordo de não persecução penal, **devolverá** os autos ao **Ministério Público** para que seja **reformulada** a proposta de acordo, com **concordância** do **investigado** e seu **defensor**.

Letra D: Errada.

CPP. Art. 28-A. § 11. O **descumprimento** do acordo de não persecução penal pelo **investigado** também poderá ser utilizado pelo **Ministério Público** como **justificativa** para o eventual **não oferecimento de suspensão condicional** do processo.

Letra E: Correta.

Gabarito: Letra E.

49) Instituído pela Lei nº 13.964/19, o Juiz das Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.

A inovação legislativa foi objeto de arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal nos autos das ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, com julgamento concluído em 23/08/2023 e ata publicada em 31/08/2023.

Acerca da previsão do Juiz das Garantias nos sistemas legal, judiciário e policial e em atenção ao julgamento proferido pelo STF, é correto afirmar que

- A) a competência do Juiz das Garantias se estenderá até o juízo de recebimento da denúncia ou queixa-crime.
- B) os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal não se submetem ao controle judicial.
- C) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam às infrações penais de menor potencial ofensivo.
- D) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais.
- E) os autos que compõem as matérias de competência do Juiz das Garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento.

Comentário:

Letra A: Errada.

O STF considerou a **inconstitucionalidade** do **inciso XIV do art. 3º-B** do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, e atribuir interpretação conforme para assentar que a **competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia**, vencido o Ministro Edson Fachin;

Letra B: Errada.

O STF considerou **atribuir interpretação** conforme aos incisos IV, VIII e IX do art. 3º-B do CPP, incluídos pela Lei nº 13.964/2019, para que **todos os atos praticados pelo Ministério Público** como condutor de investigação penal se submetam ao controle judicial (HC 89.837/DF, Rel. Min. Celso de Mello) e fixar o prazo de **até 90 dias**, contados da publicação da ata do julgamento, para os representantes do Ministério Público encaminharem, sob pena de nulidade, todos os PIC e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural, independentemente de o juiz das garantias já ter sido implementado na respectiva jurisdição;

Letra C: Errada.

CPP. Art. 3º-C. A competência do juiz das garantias abrange **todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo**, e ~~cessa com o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código.~~

Letra D: Errada.

O STF considerou, por unanimidade, atribuir **interpretação conforme à primeira parte** do caput do art. 3º-C do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, para esclarecer que as normas relativas ao juiz das garantias **não se aplicam às seguintes situações:**

- a) processos de **competência originária dos tribunais**, os quais são regidos pela Lei nº 8.038/1990;
- b) processos de **competência do tribunal do júri**;
- c) casos de **violência doméstica e familiar**; e
- d) **infrações penais de menor potencial ofensivo**;

Letra E: Correta.

O STF considerou, por unanimidade, declarar a **inconstitucionalidade**, com redução de texto, **dos §§ 3º e 4º** do art. 3º-C do CPP, incluídos pela Lei nº 13.964/2019, e atribuir interpretação conforme para entender que **os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento**;

Gabarito: Letra E.

50) O setor de inteligência da Polícia Civil toma conhecimento, por meio de denúncia anônima, de que uma organização criminosa, especializada na prática de roubos a instituições financeiras, planeja executar um novo crime, no banco localizado à rua XYZ, no dia 14/04/2023. Nesse contexto, a Polícia Civil e a Polícia Militar, na data dos fatos, deslocam uma série de viaturas e policiais descaracterizados para as adjacências do banco.

Após o início da prática delitiva por três pessoas, os agentes policiais entram em ação e logram êxito em capturá-los em flagrante.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, bem como as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que restou caracterizado o flagrante:

- A) presumido;
- B) provocado;
- C) impróprio;
- D) esperado;
- E) forjado.

Comentário:

CPP. Art. 302. Considera-se em **flagrante delito** quem:

I - está cometendo a infração penal; (**Flagrante Próprio**);

II - acaba de cometê-la; (**Flagrante Próprio**);

III - é **perseguido, logo após**, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça **presumir ser autor da infração**; (**Flagrante Impróprio**);

IV - é **encontrado, logo depois**, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam **presumir** ser ele autor da infração. (**Flagrante Presumido**);

Tipos de Flagrante

- **Flagrante Próprio:** Ocorre quando as autoridades policiais pegam o indivíduo **cometendo a infração penal** ou quando **acaba de cometê-la**.
- **Flagrante Impróprio ou Quase Flagrante:** Ocorre quando o indivíduo é **perseguido logo após a infração**, em situação que faça presumir ser o autor do fato.
- **Flagrante Presumido:** Ocorre quando o indivíduo é **encontrado, logo depois**, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam **presumir** ser ele autor da infração.
- **Flagrante Esperado:** A polícia é comunicada por terceiros **antes do acontecimento do delito** e fica à espera do indivíduo que pretende cometer o crime.

- **Flagrante Prorrogado, protelado ou diferido:** A prisão em flagrante é **retardada** para um **momento posterior** ao cometimento do crime, **mais adequado do ponto de vista da persecução penal**.

Lei 12.850/13. Art. 8º Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

§ 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa **será previamente comunicado** ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

- **Flagrante Preparado ou Provocado (Não aceito):** É aquele em que as **autoridades policiais acabam induzindo o indivíduo** a cometer o delito. Sem a incitação o indivíduo não cometeria.

STF/Súmula 145: **Não há crime**, quando a **preparação do flagrante pela polícia** torna **impossível** a sua consumação.

- **Flagrante Forjado (Não aceito):** É aquele em que terceiros ou autoridades policiais **criam provas inexistentes** a um indivíduo para que seja **incriminado**.

PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Gabarito: Letra D.
